**RELATÓRIO FINAL**

Ao/À (CARGO DA AUTORIDADE INSTAURADORA)

A Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização designada pela Portaria nº (NÚMERO), de (DIA)/(MÊS)/(ANO), publicada no DOU nº (NÚMERO), de (DIA)/(MÊS)/(ANO), da lavra do (a) (CARGO E ÓRGÃO DA AUTORIDADE INSTAURADORA), vem apresentar RELATÓRIO FINAL, no qual recomenda a aplicação à pessoa jurídica (NOME), CNPJ (NÚMERO), da sanção de (INDICAR A SANÇÃO), nos termos do (INDICAR O DISPOSITIVO LEGAL DA SANÇÃO), por praticar (DESCREVER O ATO LESIVO), incidindo no ato lesivo tipificado em (CITAR O DISPOSITIVO LEGAL DO ATO LESIVO), com base nas razões de fato e de direito a seguir explicitadas.

I – Breve histórico

1. A pessoa jurídica (NOME), CNPJ (NÚMERO), (PORTE DA PESSOA JURÍDICA), (INDICAR A ATIVIDADE PRODUTIVA DA PESSOA JURÍDICA), e o órgão/entidade lesado (IDENTIFICAR O ÓRGÃO), (DESCREVER A RELAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA ACUSADA COM O ÓRGÃO/ENTIDADE), (INFORMAR DATA DA RELAÇÃO), (INFORMAR VALORES ENVOLVIDOS, SE FOR O CASO), conforme fls. (INDICAR FLS DO PROCESSO ONDE CONSTAM OS DOCUMENTOS EM REFERÊNCIA).
2. A investigação (DESCREVER A INVESTIGAÇÃO, DATA E VALORES, SE FOR O CASO). (fls.) (INDICAR FLS. DO PROCESSO ONDE CONSTAM OS DOCUMENTOS EM REFERÊNCIA).
3. Com base nessa investigação, esse (a) (ÓRGÃO/ENTIDADE AO QUAL SE VINCULA A AUTORIDADE INSTAURADORA) verificou a existência de indícios (DESCREVER O ATO LESIVO, DATA DA PRÁTICA, DATA DA CIÊNCIA E VALORES, SE FOR O CASO). (fls.). (INDICAR FLS. DO PROCESSO ONDE CONSTAM OS DOCUMENTOS EM REFERÊNCIA).
4. Diante disso, esse (a) (ÓRGÃO/ENTIDADE AO QUAL SE VINCULA A AUTORIDADE INSTAURADORA) instaurou o presente PAR, em (DIA)/(MÊS)/(ANO). (fls.). (INDICAR FLS. DO PROCESSO ONDE CONSTA A PORTARIA DE INSTAURAÇÃO)

II – RELATO

1. Inicialmente, em (DIA)/(MÊS)/(ANO), o PAR foi instaurado. (fls.).
2. Em (DIA)/(MÊS)/(ANO), a CPAR iniciou seu funcionamento. (fls.).
3. Em (DIA)/(MÊS)/(ANO), a CPAR indiciou e intimou a pessoa jurídica (NOME). (fls.).
4. Em (DIA)/(MÊS)/(ANO), a pessoa jurídica (NOME) apresentou defesa escrita, especificou provas e apresentou informações e documentos. (fls.).
5. Em (DIA)/(MÊS)/(ANO), a CPAR produziu novas provas e intimou a pessoa jurídica (NOME). (fls.).
6. Por fim, em (DIA)/(MÊS)/(ANO), a pessoa jurídica (NOME) apresentou alegações complementares escritas. (fls.).

III – INSTRUÇÃO

1. A CPAR produziu provas de ofício e a requerimento da pessoa jurídica (NOME), a saber:

* (INDICAR A PROVA E SUA LOCALIZAÇÃO NO PROCESSO – FLS.);
* (INDICAR A PROVA E SUA LOCALIZAÇÃO NO PROCESSO – FLS.);
* (INDICAR A PROVA E SUA LOCALIZAÇÃO NO PROCESSO – FLS.); e
* (INDICAR A PROVA E SUA LOCALIZAÇÃO NO PROCESSO – FLS.).

IV – INDICIAÇÃO, DEFESA E ANÁLISE

IV.1 – Indiciação

II – Fato, autor, circunstâncias e provas

1. Em alinhamento ao princípio constitucional anticorrupção que orienta o direito fundamental, coletivo e transversal à luta contra a corrupção, busca mitigar este mal que impõe custos extremamente elevados à população mundial, distorcendo economias, enfraquecendo sociedades e corroendo políticas.

2. Nascida no âmago desse direito, a Lei nº 12.846/2013, integrante dos microssistemas extrapenais anticorrupção e de tutela coletiva, reconhecendo o protagonismo da pessoa jurídica no debate sobre o fenômeno corruptivo, por ser agente multiplicador de valores econômicos, sociais e políticos, definiu institutos com efeitos práticos relevantes para desencorajar atuações negativas e fomentar atuações positivas por parte das empresas, das quais se espera desempenho ativo na árdua tarefa de prevenir e combater a corrupção, visando colaboração efetiva com o fortalecimento da democracia, da república e do Estado de direito nacionais.

3. Com fulcro nessa Lei e nas provas constantes dos autos, a CPAR indiciou a pessoa jurídica (NOME), momento em que provou (RESUMO DA ESTRUTURA DE RESPONSABILIZAÇÃO, CONTENDO SUJEIRO ATIVO, PASSIVO, CONDUTA, INTERESSE/BENEFÍCIO, TIPICIDADE, CULPA/DOLO, NEXO CAUSAL, RESULTDO E VALORES, SE FOR O CASO).

IV.2 – Defesa e Análise

1. A pessoa jurídica (NOME) apresentou defesa escrita (ID do documento) e alegações complementares escritas (ID do documento), nas quais requereu (INSERIR O TÓPICO FRASAL DAS PETIÇÕES, que geralmente versão sobre afastamento da responsabilizar. (fls.).

2. Por sua vez, a CPAR realizou análise individual e detalhada de cada um dos argumentos apresentados pela defesa, na qual entendeu que não foram suficientes para afastar a responsabilização da pessoa jurídica (NOME).

3. A seguir são apresentados, de forma didática, cada argumento elencado pela defesa da pessoa jurídica (NOME), acompanhado do respectivo entendimento derivado da análise da comissão (NESTE TÓPICO É CONTUMAZ OS ARGUMENTOS SEREM REPETITIVOS AO LONGO DAS PEÇAS. CONSOLIDAR ESSES ARGUMENTOS E TRATÁ-LOS EM BLOCOS, AINDA QUE DIVIRJAM DOS TÓPICOS INDICADOS NAS PEÇAS DE DEFESA).

* **Argumento 1:** (RESUMIR O ARGUMENTO 1 DA PESSOA JURÍDICA ACUSADA).

(PROCEDER À ANÁLISE PRÓ-ARGUMENTO 1 OU CONTRA-ARGUMENTO 1, A DEPENDER, RESPECTIVAMENTE, DA CONCORDÂNCIA OU DISCORDÂNCIA COM O ARGUMENTO 1 DA PESSOA JURÍDICA ACUSADA):

Diante do exposto, a CPAR acata/refuta esta argumentação da defesa (APRESENTAR O FUNDAMENTO DA ANÁLISE, COM BASE PRINCIPAL NA LEI EM SENTIDO AMPLO – FONTE PRIMÁRIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO – E ACESSÓRIA NA DOUTRINA, JURISPRUDÊNCIA, COSTUMES E PRECEDENTES NORMATIVOS – FONTES SECUNDÁRIAS DO DIREITO ADMINISTRATIVO).

V – RESPONSABILIZAÇÃO LEGAL

1. A CPAR recomenda a aplicação à pessoa jurídica (NOME) da pena de (INDICAR A PENSA*)* nos termos do (CITAR O DISPOSITIVO LEGAL DA PENA), por praticar (DESCREVER O ATO LESIVO), incidindo no ato lesivo tipificado em (CITAR O DISPOSITIVO LEGAL DO ATO LESIVO).

V.1 – PENAS

V.1.1 – PENA (CITAR A PENA)

1. A pena (CITAR A PENA) foi calculada com base em (CITAR AS NORMAS UTILIZADAS PARA ELABORAÇÃO DA DOSIMETRIA DA PENA).

2. As peculiaridades do caso concreto evidenciam (ELABORAR A DOSIMETRIA DA PENA). (fls.).

3. Portanto, a pessoa jurídica (NOME) deve fazer (DESCREVER O QUE A PESSOA JURÍDICA ACUSADA DEVE FAZER PARA CUMPRIR A PENA).

*Exemplo 1: pena de multa do art. 6º, I, da Lei nº 12.846/2013.*

*A multa foi calculada com base nas cinco etapas disciplinadas pelos arts. 6º e 7º da Lei nº 12.846/2013 c/c artigos 20 a 27 do Decreto nº 11.129/2022c/c IN CGU nº 1/2015 c/c IN CGU/AGU nº 2/2018 c/c Decreto-Lei nº 1.598/1977 c/c Manual Prático CGU - Cálculo de Sanções da Lei Anticorrupção.)*

*Etapa 1: definição daa base de cálculo*

*A base de cálculo foi definida no valor de R$(VALOR)*

*Esse montante emanou de:*

* *receita bruta do último ano anterior à instauração do PAR (SE NÃO HOUVER FATURAMENTO BRUTO NO ANO ANTERIOR À INSTAURAÇÃO DO PAR, BUSCAR O ÚLTIMO FATURAMENTO BRUTO DISPONÍVEL, ATUALIZANDO PELO IPCA DE 01/01 DO ANO POSTERIOR AO ULTIMO FATURAMENTO BRUTO ATÉ 31/01 DO ANO DA INSTAURAÇÃO DO PAR NA CALCULADORA DO CIDADÃO DO BANCO CENTRAL – COM ESSES PARÂMETROS, O VALOR ATUALIZADO SERÁ REFERENTE AO ÚLTIMO ANO ANTERIOR À INSTAURAÇÃO DO PAR: R$ (VALOR) (JUSTIFICAR O VALOR). (fls.).*
* *excluídos os tributos sobre ela incidentes (MESMO PROCEDIMENTO PARA OS TRIBUTOS): R$ (...) (JUSTIFICAR O VALOR). (fls.).*

*(COLAR O PRINT DA CALCULADORA DO CIDADÃO AQUI, DEMONSTRANDO O CÁLCULO)*

*Etapa 2 – Definição da alíquota*

*No tocante à segunda etapa, a alíquota foi de (VALOR)%, valor equivalente à diferença entre (VALOR)% dos fatores de agravamento e (VALOR)% dos fatores de atenuação.*

* 1. *Critérios de soma do percentual da multa (agravantes)*

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Critérios** | **%** | **Justificativa** |
| Concurso dos atos lesivos | **0** | Fazer a contagem do nº de atos lesivos e quantidade de enquadramentos que a PJ cometeu e verificar na Tabela Sugestiva em qual percentual a empresa está inserida. (LEMBRAR: nº de atos são considerados independente de enquadramento, ou seja, se ela pagou propina e frustrou o caráter competitivo da licitação, são duas condutas com dois enquadramentos). Indicar os itens do relatório que subsidiaram a contagem. |
| Tolerância ou ciência do corpo diretivo | **0** | *tolerância ou ciência do corpo diretivo ou gerencial da pessoa jurídica: (VALOR)% (JUSTIFICAR O PERCENTUAL). (fls.); (Recorrer à tabela sugestiva para aplicar o percentual devido, indicando o autor e sua posição desempenhada de fato ou de direito na PJ)* |
| Interrupção de serviço ou obra | **0** | Recorrer à tabela sugestiva, que delimita percentuais nos casos de interrupção de serviço ou obra. |
| Situação econômica da PJ | **0** | Obter os índices de solvência e liquidez de acordo com a DRE (geralmente fornecidos pela RFB), sendo os índices superiores ou iguais a 1, atribuir 1%; caso contrário, zerar. |
| Reincidência | **0** | Inexistência, nos autos, de evidências de reincidência da pessoa jurídica. |
| Valor do Contrato | **0** | Total do valor dos contratos firmados com o órgão – verificar no comprasnet ou portal da transparência. Utilizar a tabela sugestiva para percentual |
| **TOTAL (A)** | **XX** |  |

*b) Critérios de subtração do percentual da multa (atenuantes)*

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Critérios** | **%** | **Justificativa** |
| Não consumação da infração | **0** | Se a infração foi consumada (lembrando que alguns tipos previstos no art. 5º da LAC são formais (Prometer, oferecer) indicar item do relatório que indica a consumação. |
| Comprovação de devolução espontânea da vantagem auferida ou de ressarcimento do dano / Inexistência ou falta de comprovação de vantagem auferida ou de dano | **0** | Se a empresa devolveu a totalidade ou parte dos recursos. Há na tabela sugestiva proposta de gradação. |
| Grau de colaboração da PJ | **0** | Dar o atenuante apenas se a PJ colaborar efetivamente. O livre exercício de contraditório e ampla defesa não definem colaboração. |
| Admissão voluntária pela PJ da responsabilidade objetiva pelo ato lesivo | **0** | Se a PJ admitiu sua responsabilidade objetiva, dar o atenuante (OS: nesses casos, é interessante oferecer julgamento antecipado) |
| Programa de integridade | **0** | Avaliar programa de integridade de acordo com o manual de avaliação de programas de integridade em PAR. O percentual obtido, até nova regulamentação deve ser multiplicado por 1,25 |
| **TOTAL (B)** | **0** |  |

*Etapa 3 – definição da multa com base no faturamento*

*Aplicar a alíquita obtida pela subtração das atenuantes sobre os agravantes e multiplicar pelo faturamento bruto, deduzidos os impostos obtido na etapa 1.*

*Etapa 4 – Cálculo de Mínimo e Máximo da Multa*

*Considerando que a base de cálculo foi o faturamento bruto de (ANO), (INFORMAR SE A BASE DE CÁLCULO FOI O FATURAMENTO BRUTO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO ANTERIOR AO DA INSTAURAÇÃO DO PAR, OU O FATURAMENTO ESTIMÁVEL PELA PRÓPRIA COMISSÃO), o limite mínimo foi de R$ (VALOR), (JUSTIFICAR O VALOR). (fls.). LEMBRAR QUE O VALOR MÍNIMO DA MULTA NUNCA SERÁ INFERIOR À VANTAGEM AUFERIDA.*

*A estimação da vantagem auferida decorreu de:*

* *ganhos obtidos pela pessoa jurídica, que não ocorreriam sem a prática do ato lesivo: R$ (VALOR), (JUSTIFICAR O VALOR). (fls.);*
* *somado ao valor correspondente a qualquer vantagem indevida prometida ou dada a agente público ou a terceiros a ele relacionados: R$ (VALOR) (JUSTIFICAR O VALOR). (fls.); e*
* *deduzidos custos e despesas legítimos comprovadamente executados caso o ato lesivo não tivesse ocorrido: R$ (VALOR) (JUSTIFICAR O VALOR). (fls.).*

*Já o limite máximo foi de R$ (VALOR), (JUSTIFICAR O VALOR). (fls.).*

*Por sua vez, a estimação da vantagem pretendida derivou de:*

* *ganhos pretendidos pela pessoa jurídica, que não ocorreriam sem a prática do ato lesivo: (VALOR) (JUSTIFICAR O VALOR). (fls.);*
* *somado ao valor correspondente a qualquer vantagem indevida prometida ou dada a agente público ou a terceiros a ele relacionados: (VALOR) (JUSTIFICAR O VALOR). (fls.); e*
* *deduzidos custos e despesas legítimos que seriam devidos ou despendidos caso o ato lesivo não tivesse ocorrido: (VALOR) (JUSTIFICAR O VALOR). (fls.).*

*Por oportuno, cumpre destacar que, por expressa disposição do art. 6º, I, da Lei nº 12.846/2013 c/c art. 24, caput, do Decreto nº 11.129/2022, o valor da vantagem auferida ou pretendida deve ser alcançado por meio de estimação, que significa a elaboração de cálculo aproximado, e não exato, sob pena de inviabilização das pretensões legais.*

*Etapa 5 – Calibragem da multa*

*Portanto, a pessoa jurídica (NOME) deve pagar multa de R$ (VALOR), dado que (RESUMIR A JUSTIFICATIVA DO VALOR). (DEVE-SE VERIFICAR SE A MULTA OBTIDA PELA MULTIPLICAÇÃO DO FATURAMENTO BRUTO PELA ALÍQUOTA ENCONTRADA É MENOR OU MAIOR QUE OS PARÂMETROS ESTABELECIDOS NA ETAPA 4. ASSIM, A MULTA NUNCA SERÁ INFERIOR À VANTAGEM AUFERIDA E NUNCA SERÁ SUPERIOR A 3X A VANTAGEM PRETENDIDA OU 20% DO FATURAMENTO DA PJ. SE ESSES VALORES ESTIVEREM EM DESACORDO COM OS LIMITES, DEVE SER FEITA A CALIBRAGEM DA MULTA.*

*Exemplo 2: pena de publicação extraordinária da decisão administrativa sancionadora do art. 6º, II, da Lei nº 12.846/2013)*

*O prazo da publicação extraordinária foi calculado com base nos arts. 6º e 7º da Lei nº 12.846/2013 c/c art. 28 do Decreto nº 11.129/2022 c/c Manual CGU de Responsabilização Administrativa de Pessoas Jurídicas.*

*As peculiaridades do caso concreto evidenciam (elaborar a dosimetria da pena, com base na alíquota calculada na segunda etapa da dosimetria da pena de multa):*

* *Menor ou igual 2,5%: 30 dias;*
* *Maior que 2,5% até menor ou igual a 5%: 45 dias;*
* *Maior que 5% até menor ou igual a 7,5%: 60 dias;*
* *Maior que 7,5% até menor ou igual a 10%: 75 dias;*
* *Maior que 10% até menor ou igual a 12,5%: 90 dias;*
* *Maior que 12,5% até menor ou igual a 15%: 105 dias;*
* *Maior que 15% até menor ou igual a 17,5%: 120 dias;*
* *Maior que 17,5%: 135 dias (fls.).*

*Portanto, a pessoa jurídica (NOME) deve promover a publicação extraordinária da decisão administrativa sancionadora, na forma de extrato de sentença, a suas expensas, cumulativamente:*

* *em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;*
* *em edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo de (NÚMERO) dias;*
* *em seu sítio eletrônico, em destaque na página principal do referido sítio, pelo prazo de XX dias (DEPENDE DA ALÍQUOTA OBTIDA)*

*Exemplo 3: pena de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública do art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993).*

*A declaração de inidoneidade foi avaliada com base nos arts. 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993 c/c Manual CGU de Responsabilização Administrativa de Pessoas Jurídicas.*

*As peculiaridades do caso concreto evidenciam (ELABORAR A DOSIMETRIA DA PENA). (fls.).*

*Portanto, a pessoa jurídica (NOME) deve ficar impossibilitada de licitar ou contratar com o poder público até que passe por um processo de reabilitação, no qual deve comprovar, cumulativamente, o escoamento do prazo mínimo de 2 anos sem licitar e contratar com a administração pública (contados da data da aplicação da pena), o ressarcimento dos prejuízos causados ao erário e a superação dos motivos determinantes da punição.*

VI – CONCLUSÃO

1. Em face do exposto, com fulcro nos arts. 12 e 15 da Lei nº 12.846/2013 c/c art. 11, , do Decreto nº 11.129/2022 c/c art. 21, parágrafo único, VI, alínea “b”, item 4, e art. 22 da Instrução Normativa CGU nº 13/2019, a Comissão decide:

1. encaminhar à autoridade instauradora o PAR;
2. propor à autoridade instauradora o envio de expediente dando conhecimento ao Ministério Público e à Advocacia-Geral da União, para análise quanto à pertinência da responsabilização judicial da pessoa jurídica (AQUI PODE SER SUGERIDA TAMBÉM A DISSOLUÇÃO COMPULSÓRIA DA EMPRESA, CASO SEJA DE FACHADA OU CRIADA PARA PERPETUAR FRAUDES – SÃO NECESSÁRIOS ELEMENTOS NO RELATÓRIO QUE SUPORTEM O PEDIDO);
3. recomendar à autoridade julgadora a aplicação à pessoa jurídica (NOME) da pena (INDICAR A PENA), nos termos do (*CITAR O DISPOSITIVO LEGAL DA PENA*), em que a pessoa jurídica (NOME) deve fazer (*DESCREVER O QUE A PESSOA JURÍDICA ACUSADA DEVE FAZER PARA CUMPRIR A PENA*) (SE FOR O CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PJ, INCLUIR)
4. Para os fins dos encaminhamentos previstos no Cap. VI da Lei nº 12.846/2013 e, também, considerando a previsão constante no §3º do art.  6º, a Comissão de PAR destaca a identificação dos seguintes valores:
   * Valor do dano à Administração: R$ (VALOR) (fls.);
   * Valor das vantagens indevidas pagas a agentes públicos: R$ (VALOR) (fls.);
   * Valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração: R$ (VALOR) (fls.);

*Obs.: Os valores acima referenciados servem para subsidiar as anotações internas da Administração, sendo que a cobrança deles dar-se-á em processo próprio, sendo resguardados a ampla defesa e o contraditório nesse processo, conforme regulamentação específica de cada procedimento cabível.*